

Dados a considerar no debate sobre a crise cambial

Com alguma freqüência, nas últimas semanas, tem-se combatido a política econômica atual como causadora da crise cambial que levou o governo a suspender o pagamento dos juros da dívida externa ao sistema bancário privado. A atual crise, ouve-se dizer dentro e fora do País, foi produzida por fatores endógenos, pela renúncia ao programa de ajustamento que o governo anterior adotou, entre 1982 e 1984.

Antes de dar crédito a essas afirmações, convém analisar os números referentes às contas externas, cujo déficit final atingiu cerca de US\$ 3,1 bilhões no ano passado, segundo as últimas estimativas do Banco Central. É fato que houve uma correlação entre esse déficit e a diminuição do saldo comercial, que declinou de US\$ 12,5 bilhões em 1985 para US\$ 9,5 bilhões. Mas é falso atribuir esse resultado a uma falta de moderação nas compras externas, como os críticos da política econômica atual têm feito.

Apesar do aumento das com-

pras de alimentos e, mesmo, de bens supérfluos, o valor total das importações não só diminuiu em relação ao ano anterior como também foi o menor desta década, ao situar-se em US\$ 12,9 bilhões. A redução dos preços do petróleo compensou o aumento das compras, de modo que só podemos atribuir à ingenuidade de muitos e à má fé de alguns a propagação da falsa interpretação de que o problema cambial foi provocado por uma queima irresponsável de reservas — até porque tampinhas de cerveja e outros itens supérfluos não podem desequilibrar um resultado comercial alicerçado num fluxo de US\$ 35 bilhões, em ambos os sentidos.

O que reduziu o saldo foi, isto sim, a diminuição do valor das exportações, que de US\$ 25,6 bilhões em 1985 declinou para US\$ 22,4 bilhões no ano passado. Para tanto, concorreram dois fatores principais: a expansão do mercado interno, acelerada com o aumento do poder aquisitivo da população

no ano passado, em função do Plano Cruzado, e a persistente queda dos preços internacionais da maioria dos produtos básicos exportados pelo Brasil.

A queda das exportações, contudo, teria sido amortecida se a conta de capitais não estivesse revelando tendência inversa à de toda a década passada, quando se contraiu a maior parte da atual dívida externa de US\$ 107 bilhões. Ainda em 1981, essa conta foi amplamente suficiente para compensar os saldos negativos gerados pelo serviço da dívida, pois, frente à remessa líquida de US\$ 9,2 bilhões no pagamento dos juros, a entrada líquida de capitais (investimentos, reinvestimentos e empréstimos) foi de US\$ 12,8 bilhões.

Desde a primeira crise da dívida, em 1982, porém, o Brasil vem recebendo cada vez menos capitais, enquanto se mantém relativamente estabilizada a remessa de juros e crescem tanto o desinvestimento estrangeiro quanto o envio de lucros e dividendos. Em 1985, US\$ 1,1 bilhão foi remeti-

do ao exterior, de forma líquida, por conta de lucros e dividendos auferidos pelas companhias estrangeiras que operam no País, cifra 187% maior do que os US\$ 370 milhões mandados em 1981. Faltam dados finais sobre o que ocorreu no ano passado, mas, segundo as informações disponíveis, a tendência de desinvestimento agravou-se drasticamente.

O Brasil, portanto, embora pagando mais de US\$ 65 bilhões em juros líquidos desde 1980, isto é, cerca de 60% de sua dívida externa atual, tem estado à míngua de novos recursos de capital ou de empréstimos nos últimos anos, além de ver seus produtos de exportação desvalorizados continuamente no mercado internacional. Em tais circunstâncias, a nosso ver, justifica-se plenamente que o governo brasileiro, com o apoio da Nação, lute para convencer nossos credores da injustiça, da irracionalidade e, mesmo, da amoralidade em manter esse estado de coisas.